

Diário da Sessão n.º 003 de 09/12/04

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Permitam-me, em primeiro lugar, que no início desta legislatura cumprimente todas as Sras. e Srs. Deputados, desejando os maiores sucessos no seu trabalho a bem do desenvolvimento dos Açores.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Desde há oito anos assiste-se a um grande investimento público e privado no sector da habitação. Os VII e VIII Governos Regionais imprimiram uma nova energia a este sector direccionando o esforço de investimento para os estratos sociais mais vulneráveis. Um dos indicadores relevantes deste investimento expressa-se, por exemplo, na cedência do número de lotes/ano: 117 até 1996 para 266 de 1997 a 2004.

Elegemos como prioridade para os próximos quatro anos a recuperação do parque habitacional degradado que irá continuar a ser fortemente intensificada com o objectivo de continuar a melhorar as condições de debilidade, salubridade e conforto das edificações dos Açores. Doutro modo, é um imperativo renovar e intensificar a aposta no sector da habitação como uma grande causa regional por duas razões:

- a) potencial efectivo de crescimento populacional em alguns concelhos dos Açores;
- b) parque habitacional antigo, e, ainda em muitas freguesias desajustado em termos espaciais, de segurança e conforto, o que o torna vulnerável e oneroso perante catástrofes naturais cíclicas.

Apesar dos avanços conseguidos nos últimos oito anos no domínio da melhoria das condições habitacionais nos Açores, e do grande investimento feito neste domínio é preciso prosseguir na garantia dos direitos sociais fundamentais resolvendo carências e promovendo o acesso à habitação

apoiada. Nos próximos quatro anos este esforço vai prosseguir, principalmente, nos programas de habitação degradada, dos realojamentos e custos controlados, criando-se também novos programas de apoio à construção e reabilitação urbana de modo que se reduzam as vulnerabilidades sísmicas do edificado.

Continuaremos a descentralizar e a desburocratizar o acesso aos programas habitacionais, disponibilizando, via Internet, os requisitos de acesso e formulários de candidatura através de suporte informático.

A integração do sector habitacional prosseguirá atendendo aos aspectos sociais, económicos, ambientais, jurídicos e institucionais com vista a uma estreita relação entre a política de habitação, do ordenamento do território e de desenvolvimento social, pelo que continuarão a ser privilegiados, nos novos loteamentos ou nos que forem requalificados, espaços verdes e equipamentos sociais.

Os loteamentos promovidos pelo Governo terão também atenção a novas condições sociais como famílias monoparentais, para além das majorações nos apoios já existentes para pessoas com deficiências, numa atitude permanente de diversificação de tipologias, modos de promoção e dos promotores.

A habitação constitui, portanto, prioridade absoluta. Partimos de um patamar e de uma situação de grande carência habitacional na RAA. Sabemos que o défice habitacional não se resolve de um dia para o outro, mas, é preciso, como temos feito, dar provas de continuidade na acção, persistência e sentido de urgência no debelar das carências habitacionais ou das situações de catástrofe.

Para o Governo, habitação condigna está necessariamente associada a uma integração social efectiva, de modo a permitir o estabelecimento de novos padrões de qualidade de vida. Mais do que dar um tecto, promover este sector é estabelecer o equilíbrio individual e social em espaços que

representem uma oportunidade de integração normal na vida comunitária. Outrossim, é preciso que todos os agentes com responsabilidade em matéria habitacional tenham preocupações de reabilitação dos chamados, na terminologia da década de sessenta, "bairros sociais" e na recuperação de centros urbanos.

A habitação constitui, deste modo, um factor de desenvolvimento social e estrutural da nossa população pelo que continuaremos a actuar de modo solidário junto dos estratos sociais que mais carecem de habitação condigna. Queremos que cada habitação seja um espaço que proteja a vida das pessoas, diariamente, bem como as estimule à plena integração individual e colectiva nas nossas comunidades. Queremos um novo paradigma urbano que signifique "promover a cidadania e fazer bem a cidade".

Vamos continuar a trabalhar para conseguir estar à altura da palavra prioridade, aproveitando as sinergias do Governo e da sociedade, com vista a modernizar, requalificar e garantir segurança ao nosso parque habitacional, renovando a nossa política de habitação e colocando-a no vértice da pirâmide das necessidades e dos direitos das famílias açorianas, a par de outras áreas sociais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nos últimos oito anos, o sector da construção civil tem vivido num clima de saudável de confiança, onde pontificaram elevados níveis de investimento público e privado, permitindo assim o crescimento do sector, a manutenção da taxa do desemprego a valores nunca atingidos e à criação de valor.

É neste quadro objectivo que, também no sector da construção civil vamos continuar a transformar os Açores com a colaboração activa das empresas, adequando as nossas necessidades aos nossos recursos disponíveis, num

esforço crescente de melhoria da vida dos açorianos, afinal primeiros e últimos destinatários do nosso desenvolvimento e futuro colectivo.

Para os próximos anos, prevê-se que o investimento público e privado com impacto no sector da construção continue estabilizado perante novas oportunidades. Temos que potenciar as oportunidades e ultrapassar as ameaças que já foram identificadas. O IV Quadro Comunitário de Apoio pode continuar a fazer crescer o mercado ou a estabilizá-lo através do financiamento directo de obras públicas, quer através do apoio ao investimento de sectores económicos que implicam procura no sector da construção.

A especialização de empresas pode melhorar o número e vantagens das parcerias e consórcios, o que resultará no aumento da produtividade da qualidade das intervenções e no aumento da competitividade.

As infra-estruturas existentes construídas na década de oitenta estão a entrar num ciclo de conservação (por deficiente construção ou pela inevitável requalificação) o que deve ser visto como novo nicho de mercado.

O crescimento de actividades de lazer e recreio, bem como a sua associação ao sector do turismo implicarão necessidades de novas infra-estruturas como marinas, portos de recreio, campos de golfe etc.

Também serão oportunidades os negócios relacionados com a recuperação de edificios de valor histórico ou de cariz habitacional e os negócios ligados ao ambiente, água, energia e hidráulica que também podem constituir nova frente de oportunidades para a construção civil (correção e limpeza de leitos de ribeira, intervenções em bacias hidrográficas e obras hidráulicas de regimes torrenciais, captação, tratamento, transporte e distribuição de água, requalificação e protecção de orlas costeiras).

O mercado de habitação público e privado, o projecto das SCUT e os investimentos lançados pelas novas sociedades anónimas, serão com

certeza outras tantas oportunidades. Em simultâneo, teremos que fazer face a algumas ameaças como a rápida evolução das tecnologias ao nível dos materiais e técnicas construtivas que terá de ser acompanhada pelas empresas.

Continuaremos, portanto, a usufruir da tranquilidade indispensável para o desenvolvimento das nossas empresas; porém, a construção civil carece também de adaptar-se, permanentemente, às novas realidades, oportunidades e desafios que o nosso tempo exige, tendo em vista garantir a sua sustentabilidade, na vigência do IV Quadro Comunitário de Apoio.

Na verdade, temos ainda que continuar a melhorar muitas das empresas do sector ao nível da organização e dos recursos humanos, ao nível da especialização, do apetrechamento para sistemas de garantia de qualidade e para as áreas de higiene e segurança no trabalho. Vamos continuar a fazer dos Açores um lugar cada vez mais seguro também para trabalhar.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Como já referi, o sector das obras públicas regionais continua a ser um factor decisivo no equilíbrio das empresas e na economia regional, bem como na regulação do mercado de emprego. A política de sucesso neste sector, na vigência dos VII e VIII Governos, vai continuar, baseada na prática do faseamento e adequação dos investimentos aos recursos humanos e financeiros de que a Região pode dispor em cada momento.

Desde algum tempo, os Açores entraram numa nova fase de desenvolvimento que atingiu também o sector da construção civil. Mais do que ter posto a funcionar este sector conseguiu-se transformá-lo, como se demonstra com indicadores relacionados com a maior qualificação de algumas das nossas empresas, com o número de parcerias entre empresas entretanto realizadas, ou com os dados comparativos das médias de consumo de cimento entre 92 e 96 e 97 e 2004 ou mesmo das licenças de construção.

É neste quadro objectivo que vamos continuar a transformar os Açores com a colaboração activa das empresas, adequando a crescente melhoria da procura às necessidades dos açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No sector dos Transportes Terrestres continuaremos o esforço de apoio à renovação das frotas de transportes colectivos, o apoio às associações de táxis e a adaptação, quando se justificar, da Lei de Bases dos Transportes Terrestres à realidade açoriana e à sua compatibilização com as normas europeias. É neste quadro de plena cidadania que queremos também um sector de telecomunicações que garanta objectivos de interesse público, designadamente, com um moderno e adequado acesso à informação e ao conhecimento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A melhoria qualitativa da segurança civil dos Açores passou pelo sucesso de vários projectos: rede de telecomunicações de emergência, revisão da Lei Orgânica, apoio à realização de Planos Municipais e criação de Serviços Municipais de Emergência praticamente inexistentes em 1996, melhoria ou construção de infra-estruturas de corpos de Bombeiros dos Açores, novas gratificações e aumento do número de tripulantes de ambulâncias, renovação das viaturas das corporações de bombeiros (uma centena adquiridas nos últimos 8 anos) e de equipamentos, incremento nas acções de formação e sensibilização nas escolas açorianas, criação de um projecto de sensibilização e treino destinado à prevenção e protecção dos estratos populacionais mais idosos, apoio a novas valências de protecção civil (como complementaridade de socorro a náufragos), assessoria técnico-científica da Universidade dos Açores, criação do Estatuto Social do Bombeiro e do seu regulamento, bem como do Regulamento dos Corpos de Bombeiros.

O grande investimento realizado nos últimos oito anos na protecção civil materializou-se num projecto de segurança e de defesa civil nos Açores balizado por um planeamento estratégico, pelas melhorias na qualificação de recursos humanos e sensibilização das nossas populações.

A Protecção Civil nos Açores continuará a promover a construção de uma cultura de prevenção e segurança através de um maior conhecimento dos riscos e vulnerabilidades e da informação sobre as medidas de auto-protecção de cada cidadão. O Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores continuará a aprofundar a cooperação técnico-científica com a Universidade dos Açores e outras instituições, alargando a monitorização de parâmetros de risco de modo a prevenir acidentes e catástrofes. A Carta de Riscos dos Açores será um instrumento fundamental na análise e revisão dos planos de ordenamento ao nível regional e autárquico.

Serão alargadas as acções de sensibilização a toda a população, em particular, às que vivem em zonas de maior risco sísmico-vulcânico ou em aglomerados populacionais cujo parque habitacional é vulnerável.

O apoio para a aquisição de equipamentos às Associações Humanitárias de Bombeiros da Região deve continuar numa lógica de ajustamentos a novas condições do tecido urbano e ameaças modernas em termos químicos e biológicos.

Em matéria de protecção civil, a próxima legislatura terá, assim, a marca da qualificação dos recursos humanos, de modo a consolidar um sector fundamental para o desenvolvimento sustentável da nossa Região, que fruto do seu enquadramento geodinâmico é vulnerável a catástrofes naturais de origem geológica.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Estamos a construir uma sociedade melhor, mais moderna e segura e assim continuaremos nos próximos quatro anos, com a confiança dos açorianos

que sufragaram livremente os princípios programáticos que estamos a apresentar.

Muito obrigado.